STJ00094518

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO 11

APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO 15

NOTA DOS AUTORES À 4.ª EDIÇÃO 19

COMO CONSULTAR O "ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMENTADO" 21

INTRODUÇÃO 45

Parte I

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 49

1. Considerações iniciais 49

2. Sistema homogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes 51

3. Sistema heterogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes 53

3.1 As convenções da Organização Internacional do Trabalho 54

3.2 A Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924 57

3.3 A Declaração dos Direitos da Criança de 1959 58

3.4 As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing ou Regras de Pequim – O sistema de Justiça da Infância e da Juventude 60

3.5 Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 61

3.6 Sistema de Controle do Cumprimento dos Direitos Humanos de Crianças e o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança 67

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Parte II

COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 71

1. Introdução e evolução do tratamento jurídico conferido à criança e ao adolescente 72
2. Doutrina da proteção integral e o sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente (art. 1.º) 73
3. Conceito de Direito da Criança e do Adolescente 78
4. Sistema valorativo do Direito da Criança e do Adolescente: postulado normativo, metaprincípios e princípios derivados 79
5. Definição de criança e adolescente (art. 2.º) 86
6. Criança segundo a Convenção sobre Direitos da Criança (CSDC) 86
7. O direito de ser adolescente 86
8. Lei 12.685/2012 e o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação 87
9. Diferenças de tratamento entre criança e adolescente no Estatuto (art. 2.º e outros) 88
10. Capacidade civil, emancipação e reflexos nos direitos dispostos no Estatuto (art. 2.º) 89
11. Aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade (art. 2.º, parágrafo único) 90
12. Utilização da designação "menor" 92
13. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais (arts. 3.º e 5.º) 92
14. Dever de efetivação de direitos de crianças e adolescentes (art. 4.º, *caput*) 93
15. Garantia da prioridade absoluta e ponderação de direitos (art. 4.º, parágrafo único) 98
16. Critérios de interpretação do Estatuto (art. 6.º) 99
17. Crianças e adolescentes indígenas 101
18. Anotações gerais sobre a *Emenda da Juventude* – EC 65/2010 101
    18.1. A Organização Ibero-americana de Juventude e a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens 101
    18.2 A juventude e o art. 227 da CF 103

2. DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE 107

1. Direito à vida e suas dimensões (art. 7.º) 108
2. Direito à vida e os abortos lícitos (art. 7.º) 109

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3. Direito à vida e a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos (art. 7.º) 110
4. Direito à vida e pesquisas com células-tronco embrionárias (art. 7.º) 113
5. Direito à saúde, políticas públicas, condições dignas de existência e a reserva do possível (art. 7.º) 115
6. Direito à saúde e a Convenção dos Direitos da Criança 119
7. Assistência e atendimento à gestante (art. 8.º) 120
8. Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento de Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna 121
9. Aleitamento materno (art. 9.º) 123
10. Obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes (art. 10) 124
11. Descumprimento das obrigações impostas aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes 127
12. Descumprimento das obrigações impostas aos profissionais da saúde 127
13. Atendimento pelo Sistema Único de Saúde: assistência médica e odontológica e vacinação obrigatória (art. 11, *caput*, c.c. art. 14, *caput* e parágrafo único) 127
14. Crianças portadoras de deficiências e atendimento especializado (art. 11, § 1.º) 129
15. Fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos necessários (art. 11, § 2.º) 131
16. Permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança ou adolescente (art. 12) 131
17. O alcance da expressão "responsável" (art. 12 e ss.) 132
18. Dever de comunicação de maus-tratos ao Conselho Tutelar (art. 13). 132
19. Encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude das mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção (art. 13, parágrafo único) 133

3. DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE 135
1. Direito à liberdade (art. 15) 135
2. Direito à liberdade e o "toque de recolher" (art. 15) 136
2.1 Argumentos contrários à implantação do "toque de recolher" por meio de portaria judicial 136
2.2 Argumentos favoráveis à implantação do "toque de recolher" ... 139
2.3 Linha do tempo quanto ao posicionamento sobre o "toque de recolher" 143

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3. Direito à participação na vida política (art. 16, VI) 143
4. Direito ao respeito (art. 17) 145
5. Direito ao respeito, direito à integridade e as práticas envolvendo abusos sexuais em face de crianças e adolescentes (arts. 17 e 18) 145
6. *Bullying* 155
7. Lei da Palmada 158

4. DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA 161
1. Direitos à convivência familiar e comunitária 162
2. Direitos à convivência familiar e a Lei Nacional da Adoção (Lei 12.010/2009) 163
3. Programas de acolhimento familiar, institucional e prazos legais pertinentes 164
4. Classificação trinária de família 166
5. Conceito e características da família natural 166
6. Conceito e características da família extensa ou ampliada 167
7. Socioafetividade e eudemonismo como critérios para formação das novas famílias 167
8. Igualdade entre os filhos (art. 20) 169
9. Poder familiar e a plena isonomia entre gêneros (art. 21) 169
10. Conceito, principais características e titulares do poder familiar (arts. 21 e 22) 169
11. Perda ou suspensão do poder familiar (art. 24) 170
12. Carência de recursos materiais e perda ou suspensão do poder familiar (art. 23, *caput* e parágrafo único) 170
13. Alienação parental e a Lei 12.318/2010 171

5. DA FAMÍLIA SUBSTITUTA 178
1. Disposições gerais e espécies de famílias substitutas 179
2. Opinião da criança e consentimento do adolescente para a colocação em família substituta (art. 28, §§ 1.º e 2.º) 179
3. Critérios para colocação em família substituta: grau de parentesco, afinidade e afetividade (art. 28, § 3.º) 181
4. Manutenção dos grupos de irmãos (art. 28, § 4.º) 182
5. Precedência de preparação gradativa e acompanhamento posterior (art. 28, § 5.º) 182

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6. Exigências adicionais para a colocação em família substituta de criança e adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo (art. 28, § 6.º) 182
7. Impedimento genérico para colocação em família substituta (art. 29) 183
8. Transferência de criança e adolescente e autorização judicial (art. 30) 184
9. Preferência pela adoção nacional (art. 31) 184
I. Adoção Nacional 184
• Por brasileiros: 184
• Por estrangeiros residentes no país: 184
II. Adoção Internacional 184
• Por brasileiros: 184
• Por estrangeiros: 185
10. Termo de compromisso do responsável pela família substituta (art. 32). 185

6. DA GUARDA 186
1. Conceito de guarda como modalidade de família substituta 187
2. A guarda como "modalidade de colocação em família substituta" ou como "dever" decorrente do exercício do poder familiar 187
3. Guarda compartilhada (Lei 11.698/2008) e guarda alternada 188
4. Guarda compartilhada entre avó e tio – REsp 1.147.138/SP 188
5. Revogabilidade da guarda 189
6. Hipóteses de cabimento da guarda 189
7. Guarda conferida a terceiros e a compatibilidade com o direito de visitas e o dever de prestar alimentos dos pais naturais 189
8. Incentivos fiscais e subsídios para estímulo do acolhimento sob guarda 190
9. Substituição da expressão "órfão" por "afastado do convívio familiar". 190
10. Programa de acolhimento familiar e recebimento sob a forma de guarda 190
11. Guarda para fins exclusivamente previdenciários 191
12. Guarda e condição de dependente para fins previdenciários da criança ou adolescente 191
13. Guarda por avós 192
14. Ação de guarda: ação dúplice quando proposta por um dos genitores em face do outro 194

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7. DA TUTELA 195

1. Conceito de tutela 195
2. Idade máxima do tutelado 195
3. Especialização de hipoteca legal e caução 196
4. Tutela testamentária 197
5. Destituição da tutela 198

8. DA ADOÇÃO 199

1. Evolução do instituto da adoção e a disciplina atual por parte do Estatuto 203
2. Conceito e espécies de adoção 204
3. Adoção por casais homoafetivos 207
4. Adoção conjunta e guarda compartilhada 210
5. Características da adoção 210
   5.1 Constituída por ato personalíssimo 211
   5.2 Excepcional 211
   5.3 Irrevogável 212
   5.4 Incaducável 212
   5.5 Plena 212
   5.6 Constituída por sentença judicial 213
6. Requisitos subjetivos para adoção 215
7. Requisitos objetivos para adoção 216
   7.1 Requisitos de idade 216
   7.2 Consentimento dos pais ou destituição do poder familiar 216
   7.3 Precedência de estágio de convivência 217
   7.4 Prévio cadastramento 218
8. Impedimentos para adoção 221
9. Quadro geral da adoção 221
10. Adoção personalíssima intuitu personae e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade 222

9. DA ADOÇÃO INTERNACIONAL 227

1. Definição de adoção internacional 231

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2. Condições para admissibilidade da adoção internacional 232
2.1 Intervenção das autoridades centrais estaduais e federal em matéria de adoção internacional 232
2.2 Que a colocação em família substituta seja a solução adequada ao caso concreto, sendo a adoção internacional medida subsidiária ou excepcional 233
2.3 Observância do estágio de convivência e de parecer favorável da equipe interprofissional 235
2.4 Preferência pela adoção internacional efetivada por brasileiros residentes no exterior 235
3. A condição do estrangeiro residente no Brasil 236
4. A nacionalidade do adotado na adoção internacional 236
5. Procedimentos para a adoção internacional 237
6. Complexo de atos para a adoção internacional em que o Brasil é o país de origem 237
6.1 Fase preparatória e de habilitação 238
6.2 Pedidos de habilitação por meio de credenciamento 238
6.3 Da fase judicial de adoção 239
7. Da recepção da adoção por brasileiro realizada no exterior (art. 52-B) 240
8. O Brasil como o país de acolhida (arts. 52-C e 52-D) 240

10. DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER 242
1. Esclarecimentos prévios 243
2. O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer na Constituição Federal 243
3. Observações gerais sobre a educação básica 245
Educação Básica 245
Entes Federados – áreas de atuação prioritária 245
4. A educação infantil como início da educação básica 246
5. Creche e pré-escola: dever constitucional do Poder Público Municipal... 246
6. Considerações sobre o ensino fundamental 247
7. O ensino médio 248
8. O princípio da universalização do ensino 248
9. Acesso à escola pública e gratuita próxima da residência – Critério do georreferenciamento versus superior interesse da criança 249

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino 249
11. Subdireitos da educação 250
11.1 O dever fundamental dos pais matricularem seus filhos 250
11.2 O dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental 251
11.3 O dever dos municípios de estimularem e facilitarem a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer 251
11.4 Direito à educação e impossibilidade de aplicação da reserva do possível – REsp 1.185.474/SC 251
12. Quadro geral da educação no Brasil 252

11. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO 253
1. A Constituição Federal e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho 254
2. A relação de trabalho da qual fazem parte crianças e adolescentes que participam de peças teatrais, filmes, novelas e outras produções artísticas 257
3. O contrato de aprendizagem 257
4. O trabalho educativo 259

12. DA PREVENÇÃO 260
1. Dever fundamental de prevenir a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente 262
2. Acesso às diversões e espetáculos públicos 262
3. Obrigações das emissoras de rádio e televisão 262
4. Obrigações relativas à venda ou aluguel de fitas de vídeo 263
5. Obrigações derivadas da venda de revistas e publicações 263
6. Proibições de prestação de serviços e de vendagem de produtos a crianças e adolescentes 263
7. O acesso de crianças e adolescente a salas de cinema 263
8. Lei Antiálcool 264

13. DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR 266
1. Direito de locomoção das crianças e adolescentes 266

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2. Esclarecimento das regras do Estatuto quanto à regulamentação das viagens de crianças e adolescentes 267
3. Viagem de criança ou adolescente ao exterior acompanhado de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior 269
4. Quadro geral da autorização para viajar 269

14. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO 270
1. Conceito de política de atendimento 271
2. Das linhas de ação da política de atendimento 272
3. Classificações das linhas de atendimento 272
Representação didática das linhas de atendimento 274
4. Paralelo entre as linhas de atendimento do Estatuto e a assistência social brasileira 274
5. Das diretrizes da política de atendimento 276
6. Da municipalização do atendimento 277
7. Dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente 279
8. Do fundo vinculado aos Conselhos de Direitos 281
9. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional 284
10. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento de crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar e institucional 284
11. Do sistema de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes .. 284

15. DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO 287
1. Conceito de entidade de atendimento 292
2. Classificação das entidades de atendimento 292
3. Os regimes de atendimento 292
4. O regime de atendimento de acolhimento familiar 293
5. O regime de atendimento de acolhimento institucional 294
6. Relatório encaminhado pelas entidades de acolhimento institucional e acolhimento familiar 295
7. A inscrição dos programas ou regimes de atendimento (art. 90, §§ 1.º e 3.º) 295
8. Os recursos utilizados pelas entidades de atendimento 296

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9. O registro das entidades de atendimento (art. 91) 296
10. Registro das entidades de atendimento socioeducativo estaduais 297
11. Dos princípios regentes do programa de acolhimento familiar ou institucional 297
12. O recebimento excepcional sem autorização judicial 298
13. O princípio da incompletude institucional (art. 94, § 2.º) 299
14. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida 299
15. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de internação 300
16. Requisitos para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento de internação ou de semiliberdade 303
17. Requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação 303
18. A fiscalização das entidades de atendimento 304
19. Sistema de responsabilização por desvios praticados pelas entidades 304
20. Penalidades 304

16. DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO 306

1. Definição de medidas de proteção (ou medidas protetivas) 310
2. Competência para aplicação das medidas protetivas 310
3. Atribuição da execução das medidas protetivas 311
4. Visão conjunta das medidas protetivas de acolhimento institucional e acolhimento familiar 311
5. Inserção em acolhimento familiar 313
6. Acolhimento institucional 315
7. Diferenças entre abrigo institucional, casa-lar e república 318
8. Princípios que regem as medidas protetivas – Extensão a todo o Estatuto da Criança e do Adolescente 319

17. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL 320

1. O princípio da reserva legal e o ato infracional 320
2. Garantia da inimputabilidade penal 321
3. Ato infracional praticado por criança 322

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4. Das medidas protetivas que podem ser aplicadas às crianças em razão da prática de ato infracional 323
5. Do ato infracional praticado em outro país e a impossibilidade de extradição 323
6. Ato Infracional e Princípio da Insignificância 323

18. DOS DIREITOS INDIVIDUAIS 328
1. Hipóteses taxativas da privação da liberdade do adolescente 328
2. O flagrante de ato infracional 329
3. A *apreensão* em decorrência de cumprimento de ordem judicial 329
4. A comunicação à autoridade judiciária e à família do adolescente, ou à pessoa por ele indicada 330
5. A análise da possibilidade de liberação do adolescente 330
6. A internação provisória: definição e características 331
7. A identificação do adolescente 335

19. DAS GARANTIAS PROCESSUAIS 337
1. As garantias processuais 337
2. O art. 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU 338
3. A Súmula 342 do STJ e o devido processo legal 340
4. Pleno e formal conhecimento da atribuição 340
5. Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa 341
6. Defesa técnica por advogado 341
7. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei 342
8. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente 342
9. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento 343
10. Garantias processuais e execução de medida socioeducativa 343

20. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 344
1. Definição das medidas socioeducativas 348
2. A instrumentalidade e a precariedade das medidas socioeducativas 348
3. As medidas socioeducativas segundo a abrangência pedagógica 349

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4. A classificação das medidas socioeducativas (de acordo com Flávio Américo Frasseto) 350
5. Medida socioeducativa de advertência 351
6. Obrigação de reparar o dano 353
7. Prestação de serviços à comunidade 353
8. Liberdade assistida 355
9. Medida de semiliberdade 356
10. Medida de internação 359
11. Modalidades de internação 359
12. Da internação com prazo indeterminado 360
13. Internação com prazo determinado ou internação sanção 366
14. Cumulação de medidas socioeducativas 367
15. Da substituição das medidas socioeducativas 368
16. Da extinção das medidas socioeducativas 369
17. Da execução das medidas socioeducativas 369
18. Reflexos da Lei 12.010/2009 no estudo das medidas socioeducativas 370
19. Tratamento das medidas socioeducativas e a Lei 12.106/2009 372
20. Da prescrição das medidas socioeducativas – Súmula 338 do STJ 374
21. Direitos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação 375
22. Direitos assegurados aos internos que eventualmente se encontrem em cadeia pública ou centro de detenção provisória, em razão de delito praticado enquanto em cumprimento de medida socioeducativa. 375
23. Direitos dos internos 375
24. A vedação da incomunicabilidade 377
25. Dever do Estado de zelar pela integridade física do interno 377
26. Direitos genéricos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa 378

21. DA REMISSÃO 379

1. Definição de remissão 379
2. Espécies de remissão 380
3. A remissão pré-processual ou ministerial 381
4. A remissão processual ou judicial 382

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

22. DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL 384

1. Sujeição e cabimento das medidas pertinentes 384
2. Lei 12.010/2009 e as medidas pertinentes "preferenciais" 385
3. Competência ou atribuição para aplicação das medidas pertinentes .. 386
4. Necessidade de procedimento autônomo para algumas medidas pertinentes 387
5. Hipóteses de cabimento: as medidas pertinentes em espécie 388
   - 5.1 Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família (art. 129, I) 388
   - 5.2 Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (art. 129, II) 388
   - 5.3 Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (art. 129, III) 388
   - 5.4 Encaminhamento a cursos ou programas de orientação (art. 129, IV) 389
   - 5.5 Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (art. 129, V) 389
   - 5.6 Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado (art. 129, VI) 389
   - 5.7 Advertência (art. 129, VII) 389
   - 5.8 Perda da guarda (art. 129, VIII) 390
   - 5.9 Destituição da tutela (art. 129, IX) 390
   - 5.10 Suspensão ou destituição do poder familiar (art. 129, X) 390
6. Configuração da infração administrativa disposta no art. 249 do Estatuto 390
7. Maus-tratos, opressão ou abuso e medida cautelar de afastamento do agressor (art. 130) 390

23. DO CONSELHO TUTELAR 392

1. A participação popular e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes 394
2. Definição de Conselho Tutelar 394
3. Os Municípios e os Conselhos Tutelares 397
4. Condições de elegibilidade dos Conselheiros Tutelares 398
5. Eleições dos Conselhos Tutelares 399

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6. A quantidade de conselheiros por Conselho Tutelar 400
7. Prerrogativas dos Conselheiros Tutelares 401
8. Impedimentos para exercício da função pública de conselheiro tutelar (art. 140) 401
9. A suspensão ou cassação do mandato de conselheiro – Via administrativa 401
10. A cassação de mandato de conselheiro – Via judicial 402
11. Conselho Tutelar não pode executar medida socioeducativa e de proteção 403
12. Atribuições do Conselho Tutelar 403
13. As decisões colegiadas provenientes do Conselho Tutelar 407
14. A impugnação das decisões provenientes do Conselho Tutelar (art. 137) 407
15. Competência 407
16. Quadro sintético do Conselho Tutelar e dos conselheiros tutelares ... 408

24. DO ACESSO À JUSTIÇA 409

1. Do acesso à Justiça da Infância e da Juventude 410
2. Assistência judiciária gratuita 410
3. Isenção do pagamento de custas e emolumentos 410
4. Assistência e representação como formas de integração da capacidade processual 410
5. O curador especial 410
6. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional 410
7. Das notícias envolvendo a prática de ato infracional 411
8. Expedição de cópia ou certidão dos autos 411

25. DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE 412

1. A Vara da Infância e da Juventude e as Regras de Beijing 414
2. O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude 415
3. A técnica para fixação da competência 415
4. A competência da Justiça do Trabalho 416
5. A competência da Justiça Federal 418
6. A competência da Vara da Infância e da Juventude 421

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.1 A competência exclusiva da Vara da Infância e da Juventude..... 422
6.2 A competência concorrente da Vara da Infância e da Juventude 423
6.3 As Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal 424
7. A competência territorial 424
7.1 Regra geral de competência territorial 424
7.2 Para o julgamento e processamento das ações cíveis 425
7.3 Para o julgamento de ação de guarda estando um dos pais no estrangeiro 426
7.4 Para o julgamento e processamento da ação socioeducativa..... 426
7.5 Para a execução de medidas socioeducativas e protetivas..... 426
7.6 Para a aplicação de medida protetiva estando o adolescente em outra comarca 427
7.7 Para as infrações cometidas através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca 427
8. Casos de competência da Vara da Infância e da Juventude não mencionados expressamente no art. 148 do Estatuto 427
9. Competência do Juiz da Vara da Infância e da Juventude para baixar portarias e conceder alvarás..... 427
10. A diferença entre portaria e alvará 428
11. Fatores que devem ser levados em consideração pelo magistrado 428
12. Recurso 428
13. Toque de recolher..... 429
14. Equipe interprofissional..... 429

26. DOS PROCEDIMENTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS 430
1. A tutela jurisdicional diferenciada..... 430
2. Aplicação subsidiária da legislação processual 431
3. A prioridade absoluta na tramitação dos processos..... 431
4. A regra da flexibilização procedimental e o art. 153 do Estatuto 431
5. Direcionamento das multas ao Fundo gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente..... 432

27. PROCEDIMENTO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR 433
1. Legitimidade ativa..... 434
2. Regras processuais e procedimentais diferenciadas..... 435

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3. Prévia destituição do poder familiar para o deferimento da adoção.... 437
4. Tutela de urgência.... 438
5. Da desnecessidade de nomeação de curador especial à criança ou adolescente em caso de ação ajuizada pelo Ministério Público.... 438

28. DOS PROCEDIMENTOS DA DESTITUIÇÃO DA TUTELA E DA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.... 439

1. Da destituição da tutela.... 441
2. Procedimento para colocação em família substituta.... 441
3. Procedimento da adoção nacional e internacional.... 442
4. O procedimento de jurisdição voluntária da colocação em família substituta.... 442
5. O consentimento dos pais para colocação em família substituta.... 443
6. O procedimento de jurisdição contenciosa para colocação em família substituta.... 444
   6.1 Da petição inicial.... 444
   6.2 A liminar de suspensão do poder familiar.... 445
   6.3 Da citação e resposta dos requeridos.... 445
   6.4 A audiência de instrução e julgamento.... 445
   6.5 A sentença.... 445
7. A colocação de crianças e adolescentes sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar.... 446

29. DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE.... 447

1. Providências que antecedem o processo judicial de apuração do ato infracional.... 451
2. As hipóteses de apreensão de adolescentes.... 451
3. Providências a serem tomadas pela autoridade policial em razão da apreensão por flagrante.... 453
4. A liberação do adolescente aos seus pais ou responsável.... 454
5. A não liberação do adolescente aos seus pais ou responsável.... 454
6. As providências a serem efetivadas em razão da prática de ato infracional por criança.... 455
7. A oitiva informal promovida pelo Ministério Público.... 455

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8. A notificação do adolescente para comparecimento à oitiva informal 456
9. Não obrigatoriedade de participação de Defensor na oitiva informal, salvo nos casos de concessão de remissão cumulada com medida socioeducativa 456
10. O não comparecimento de adolescente à oitiva informal 457
11. As providências a serem tomadas pelo Ministério Público após a oitiva informal do adolescente 457
12. O arquivamento dos autos 457
13. O *habeas corpus* e o mandado de segurança promovidos para correção de ato praticado pela autoridade policial 457
14. Fluxograma da fase pré-processual 459
15. A fase judicial da apuração do ato infracional 460
16. A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal 460
17. A tutela socioeducativa como tutela jurisdicional diferenciada 460
18. A legitimidade exclusiva do Ministério Público para a propositura da ação socioeducativa 460
19. O interesse de agir do Ministério Público 460
20. A competência da Vara da Infância e da Juventude 461
21. A representação como peça inaugural da ação socioeducativa 461
22. O juízo de admissibilidade da ação socioeducativa 462
23. A internação provisória 462
24. Diferença entre mandado de busca e apreensão e mandado de condução coercitiva 462
25. A audiência de apresentação 462
26. A indispensabilidade de advogado na audiência de apresentação 463
27. Requerimento de provas da defesa 463
28. Audiência em continuação 464
29. A sentença no processo socioeducativo 464
30. A intimação da sentença e o prazo recursal 464
31. Fluxograma do procedimento judicial 465

30. DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADE DE ATENDIMENTO 466

1. Definição de entidade de atendimento 466
2. Natureza do procedimento 467

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3. Competência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento 467
4. Legitimidade ativa 467
5. Regras processuais e procedimentais diferenciadas 467
6. Remoção das irregularidades antes da sentença (art. 193, § 2.º) 468
7. Multa e advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento 468

31. PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 470

1. As infrações administrativas e o Estatuto 471
2. Competência para apuração da infração administrativa 471
3. Legitimidade para instauração do procedimento 471
4. Regras processuais e procedimentais 471

32. PROCEDIMENTO PARA HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO 473

1. Anotações preliminares acerca da habilitação em adoção 474
2. Dos requisitos do procedimento da habilitação de pretendentes à adoção 474
3. Dos demais atos do procedimento 475
4. Da desnecessidade da observância do procedimento 476

33. DOS RECURSOS 478

1. Meios de impugnação das decisões judiciais 479
2. *Habeas corpus* 479
3. Sistemática recursal 480
4. Procedimentos alcançados por essa sistemática 480
5. Características 480
6. Efeito suspensivo 482
7. O adolescente tem direito de recorrer em liberdade quando da apuração de ato infracional? 483
8. Recurso das decisões proferidas como portarias judiciais 485
9. Fiscalização do cumprimento dos prazos para julgamento 485
10. O voto do representante do Ministério Público 485

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

34. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA:MINISTÉRIO PÚBLICO, AD VOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA 486

1. Perfil institucional e missão do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (art. 200) 488
2. Funções especiais do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (arts. 201 a 205) 489
   - 2.1 O Ministério Público e a remissão extraprocessual 489
   - 2.2 Atuação do Ministério Público nas infrações atribuídas a adolescentes 490
   - 2.3 Atuação do Ministério Público nas ações de direito de família ... 490
   - 2.4 Atuação na especialização de hipoteca legal e na prestação de contas 491
   - 2.5 O Ministério Público e a tutela coletiva de direitos 491
   - 2.6 O Ministério Público e os procedimentos administrativos 491
   - 2.7 O Ministério Público, sindicâncias e inquéritos policiais 492
   - 2.8 O Ministério Público como *Ombudsman* 492
   - 2.9 O Ministério Público como impetrante 493
   - 2.10 O Ministério Público e a responsabilização administrativa, penal e cível 493
   - 2.11 O Ministério Público e a fiscalização de entidades 494
   - 2.12 O Ministério Público, a polícia e os serviços de colaboração 494
   - 2.13 Regras gerais sobre as atribuições do Ministério Público 494
   - 2.14 Intervenção obrigatória e intimação pessoal do Ministério Público 495
   - 2.15 O Ministério Público e o prazo em dobro para recorrer 495
3. Defesa técnica das pessoas em desenvolvimento 496
4. Advocacia privada e a defesa técnica das pessoas em desenvolvimento 496
5. Defensoria Pública e a defesa jurídica das pessoas em desenvolvimento . 497
6. Quadro de acesso à justiça e defesa dos direitos da criança e do adolescente 499
7. Diretrizes de Riad, direito de defesa ao adolescente e defensor *ad hoc* 500
8. Inexigibilidade de mandato 500

35. DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS 501

1. A dupla função do direito da criança e do adolescente na tutela coletiva 504

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2. A ação civil pública para a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais de crianças e adolescentes 507
3. Dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos 508
4. O interesse individual da criança e do adolescente e a tutela jurisdicional via ação civil pública 511
5. A legitimação do Ministério Público para a defesa dos interesses individuais de crianças e adolescentes 513
6. Tutela coletiva e a Defensoria Pública 520
7. Tutela coletiva e a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e seus órgãos paraestatais 523
8. Tutela coletiva e as associações de classe 524
9. Tutela coletiva e os órgãos despersonalizados 525
10. Competência para processamento e julgamento das ações civis públicas 527
    10.1 Competência da Justiça do Trabalho para processamento e julgamento das ações civis públicas 528
    10.2 Competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações civis públicas 530
    10.3 Competência da Vara da Infância e da Juventude para processamento e julgamento das ações civis públicas 534
11. Competência territorial para processamento e julgamento das ações civis públicas 537
12. Suspensão de execução liminar e de sentença e a prioridade absoluta 538
13. Sistemática recursal para as ações civis públicas 542
14. Destinação das multas aplicadas 544
15. Destinações das condenações proferidas em ações civis públicas fundadas no Estatuto 548

36. CRIMES (ARTS. 225 A 244-B) 550

37. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS 587
1. O sistema de responsabilização previsto no Estatuto 587
2. As infrações administrativas 587
3. Prescrição da infração administrativa 588
4. Não cabimento da tentativa 588

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5. Maioridade superveniente 588
6. Da sanção pecuniária 588

38. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 607

1. A dedução do imposto de renda 611
2. Investimentos aplicados conforme as prioridades definidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar 611
3. Extensão da hipótese de dedução para as doações ao Fundo Nacional do Idoso – Lei 12.213/2010 611
4. Orientações sobre as doações ao Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente 612

Parte III

COMENTÁRIOS À LEI 12.594/2012, QUE INSTITUI O SINASE – SISTEMA NACIONAL SOCIOEDUCATIVO

1. Informação ao leitor 615
2. O Sistema Nacional Socioeducativo – Sinase 615
3. Normas de orientação do Sinase 617
4. Princípios orientadores das medidas socioeducativas 617
5. Objetivos das medidas socioeducativas 618
6. A organização do Sistema Nacional Socioeducativo: a atribuição dos entes federativos 618
7. Dos programas de atendimento 619
8. Da execução das medidas socioeducativas 621
   8.1 Observações preliminares 621
   8.2 Da competência para a execução de medida socioeducativa 621
   8.3 Da participação do Ministério Público e da Defesa 621
   8.4 Princípios que regem a execução de medida 622
   8.5 Da execução das medidas de advertência, de obrigação de reparar o dano ou de proteção 622
   8.6 Da execução das medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação 622
   8.7 Da unificação das medidas socioeducativas 623
   8.8 Da extinção das medidas 624

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.9 Dos direitos individuais do adolescente 625
8.10 Do direito de visitas 626
9. Dos regimes disciplinares 628
10. Das disposições finais e transitórias 629

BIBLIOGRAFIA 631

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES 639

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br